

RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.786 - CE (2018/0233564-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : LUIZ CAMELO RIBEIRO
RECORRENTE : ARIANO MELO PONTES
ADVOGADO : ARIANO MELO PONTES (EM CAUSA PRÓPRIA) - CE015593
RECORRIDO : TELEVISÃO VERDES MARES LTDA
ADVOGADO : MAXIMIANO AGUIAR CÂMARA E OUTRO(S) - CE005879

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LUIZ CAMELO RIBEIRO e ARIANO MELO PONTES com arrimo no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EQUIDADE. ART. 20, § 4º, CPC. MAJORAÇÃO INDEVIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

- 1. Trata-se de Agravo Regimental, manejado por Luiz Camelo Ribeiro, em face de decisão monocrática deste Relator que, ao inadmitir a Ação Rescisória, proposta pela Televisão Verdes Mares Ltda, condenou esta ao pagamento de honorários advocatícios no montante de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Requer o agravante a majoração da condenação da promovente em honorários advocatícios sucumbenciais para 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.*
- 2. Acerca do arbitramento em honorários advocatícios, sabe-se que, em causas como a em epígrafe, os honorários serão arbitrados conforme análise equitativa do juiz, o qual levará em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, nos termos do § 4º do artigo 20 do CPC.*
- 3. No caso dos autos, o causídico do promovido atuou com alto grau de zelo. Em contrapartida, verifica-se que, considerando a natureza da causa e a duração de seu trâmite, o trabalho empreendido não exigiu muito tempo dedicado pelo patrono, razão pela qual, fulcrado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, entende-se por bem fixar os honorários advocatícios em R\$ 1.500,00 (mil quinhentos reais), com animo no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.*
- 4. Ademais, resta sedimentado na Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o simples cotejo entre o valor da causa e o montante devido a título de honorários advocatícios não é suficiente para aferir abusividade ou irrisoriedade na condenação.*
- 5. Agravo regimental conhecido e não provido" (e-STJ fl. 517).*

Em suas razões (e-STJ fls. 550-561), os recorrentes apontam, além de divergência jurisprudencial, violação do artigo 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil de 1973, considerando ínfimo o valor arbitrado a título de honorários advocatícios.

Com as contrarrazões (e-STJ fls. 572-576), e admitido o recurso na origem (e-STJ fls. 585-588), subiram os autos a esta colenda Corte.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

De início, registre-se que o acórdão recorrido está em harmonia com a orientação desta Corte no sentido de que, na fixação do valor de honorários advocatícios, com base na equidade, o julgador não está atrelado a nenhum percentual ou valor certo, podendo valer-se de percentuais tanto sobre o valor da causa quanto sobre o valor da condenação, bem como fixar os honorários em valor determinado.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL – REVISÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – ARBITRAMENTO EM QUANTIA IRRISÓRIA – REVISÃO DO QUANTUM PELO STJ – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL.

1. (...)

2. (...)

3. ***Também consagrado o entendimento de que a fixação de honorários com base no art. 20, § 4º, do CPC não encontra como limites os percentuais de 10% e 20% de que fala o § 3º do mesmo dispositivo legal, podendo ser adotado como base de cálculo o valor da causa, o da condenação ou arbitrada quantia fixa.***

4. *Recurso especial parcialmente provido, para elevar os honorários advocatícios para 3% do valor equivalente ao excesso da execução".*

(REsp 1192036/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 01/07/2010 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. *Não há falar em negativa de prestação jurisdicional nos embargos de declaração, se o Tribunal de origem enfrenta a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia. A motivação contrária ao interesse da parte não se traduz em maltrato ao art. 535 do CPC.*

2. ***Consoante entendimento sedimentado nesta Corte, na fixação dos honorários advocatícios com base na equidade (art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil), o julgador não está atrelado aos limites previstos no artigo 20, § 3, do Código de Processo Civil, podendo se valer de percentuais tanto sobre o valor da causa quanto sobre a condenação, bem como determiná-los em quantia fixa.***

3. *Tendo em vista os limites impostos pelo verbete sumular número 7 deste Tribunal, o valor dos honorários advocatícios somente pode ser reapreciado quando a estipulação feita pelas instâncias ordinárias distanciar-se dos critérios de equidade ou desatender aos padrões previstos na legislação processual, fato que não se verifica no caso concreto.*

4. Agravo regimental a que se nega provimento".

(AgRg no REsp 1.162.716/PR, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2012, DJe 11/04/2012 - grifou-se)

Além disso, nota-se que o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que arbitrados honorários em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) na hipótese de extinção da ação rescisória sem resolução de mérito.

A respeito:

"AGRAVOS REGIMENTAIS. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE FALÊNCIA EXTINTA. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. MÁ-FÉ DA AGRAVANTE. REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. SEGUNDO RECURSO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NÃO CONHECIMENTO.

(...)

3.- A verificação quanto ao valor da condenação à verba honorária fixada por equidade esbarra na Súmula 7/STJ.

4.- Em razão da preclusão consumativa, não merece ser conhecido o segundo recurso interposto em face da mesma decisão, pela mesma parte.

5.- Primeiro Agravo Regimental improvido e segundo recurso não conhecido".
(AgRg no AREsp 336.236/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 05/09/2013 - grifou-se)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 1º de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator